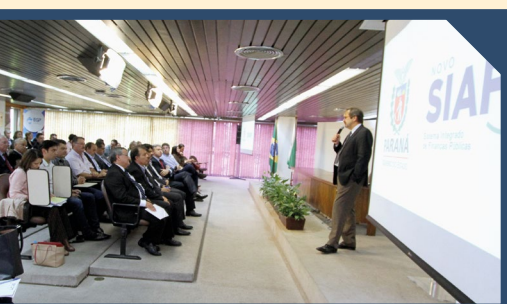
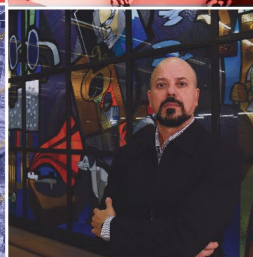
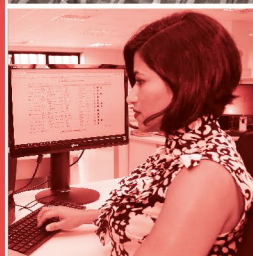


05

MARÇO 2018

REVISTA INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA | PR



ESPECIAL

Novo Siaf registra e controla execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado



REVISTA INOVAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA | PR

BETO RICHA

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

FERNANDO GHIGNONE

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

FRANCISCO CESAR FARAH

DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

FRANCINE LIA WOSNIAK

DIRETORA DA ESCOLA DE GESTÃO DO PARANÁ

DENISE GUIMARÃES FREITAS • MTB 4029

EVANDRO CESAR FADEL • MTB 3015

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS

JULYANA WERNECK

PROJETO GRÁFICO E EDIÇÃO

ESCOLA DE GESTÃO DO PARANÁ |
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

Palácio das Araucárias • R. Jacy Loureiro de Campos S/N • 2.º andar • Centro Cívico
Curitiba • Paraná • 80530-140



FALE CONOSCO

Envie comentários e sugestões para o e-mail:

escoladegestao@seap.pr.gov.br

A **Revista Inovação em Gestão Pública | PR** traz matérias sobre boas práticas e produções acadêmicas de agentes públicos municipais e estaduais, que refletem em suas iniciativas o compromisso com a prestação de serviço público de qualidade. As iniciativas são selecionadas a partir do Observatório de Inovação em Gestão Pública no Paraná.

O objetivo é reconhecer a proatividade e identificar protagonistas de uma gestão pública comprometida com resultados e sustentabilidade de serviços, bem como promover a atualização na área da gestão com a abordagem de temas que sirvam como referência e colaborem para a qualificação da administração pública.

N. 5 | MARÇO 2018

ISSN 2526-1657





© Freepik



HISTÓRIA DE VIDA

- 05** Projeto idealizado pela Comunicação da Seap mostra resultados nesta seção que será permanente na revista



ESPECIAL

- 08** Sistema integra finanças públicas



ENFOQUE ACADÊMICO

- 10** Representações sociais dos profissionais de saúde



NA PRÁTICA

- 13** Sistema de ponto eletrônico da Seab



MUNICÍPIO EM FOCO

- 30** Curitiba/PR • Prefeitura de Curitiba amplia consultas públicas
- 32** Londrina/PR • Espaço para micro e pequenas empresas



COM A PALAVRA

- 34** O especialista em Ecossistemas de Inovação Urbanos aborda o conceito atual de inovação



DESTAQUE

- 36** É sempre bom ficar atualizado
- 38** Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos
- 40** Na era do protocolo digital



BOAS PRÁTICAS

- 14** Maringá/PR • Visão de liberdade
- 16** Londrina/PR • Processo seletivo de relocação na UEL



HABITAÇÃO

- 18** Avaliação das condições de moradia
- 20** Programa Morar Bem



TRABALHO

- 22** Juro Zero da Fomento Paraná
- 24** Programa de geração de emprego e renda



EDUCAÇÃO

- 26** Atendimento em rede de adolescentes em situação de vulnerabilidade



SAÚDE

- 28** Dengue, uma luta de todos



► Inovação humana

Muito mais que promover o desenvolvimento econômico, a inovação precisa ter em vista o aspecto social, ambiental, institucional e, particularmente, o humano. Esta é uma das máximas apresentadas nesta 5.^a edição da Revista Inovação em Gestão Pública no Paraná, a partir da entrevista com o professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) Luis Márcio Spinosa, especialista em Gestão de Inovação.

A revista também inaugura uma nova seção chamada História de Vida. A proposta é trazer para as páginas o resultado da boa prática da Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, que tem destacado atividades que os servidores exercem sobretudo fora do ambiente de trabalho.

Com enfoque direto no humano, destaques para mais seis ações desenvolvidas por servidores da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social e a dissertação a respeito do protocolo de pré-natal em Francisco Beltrão. O leitor encontrará, ainda, informações sobre a iniciativa que melhorou o processo seletivo para relotação de funcionários da UEL e sobre o premiado projeto Visão de Liberdade, que possibilita a presos de Maringá a oportunidade de produzir material de apoio ao ensino para deficientes visuais.

No aspecto tecnológico, uma das principais iniciativas foi o lançamento do Novo Siaf como instrumento integrado de controle e execução orçamentária e financeira. A revista mostra também a experiência da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento com o ponto eletrônico, a forma como está sendo realizada a atualização cadastral dos servidores, a implantação do processo eletrônico e o lançamento do Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos.

Em continuidade à abertura para apresentação de experiências exitosas em outras esferas de governo e em outros Poderes do Estado, a prefeitura de Curitiba conta como foi organizado o processo de consulta por meio do Fala Curitiba, enquanto Londrina mostra como micro e pequenos empresários têm participado do Compra Londrina.

Boa leitura! 📖



Muito mais que promover o desenvolvimento econômico, a inovação precisa ter em vista o aspecto social, ambiental, institucional e, particularmente, o humano.





V HISTÓRIA DE VIDA

Projeto idealizado pela Comunicação da Seap mostra resultados nesta seção que será permanente na revista

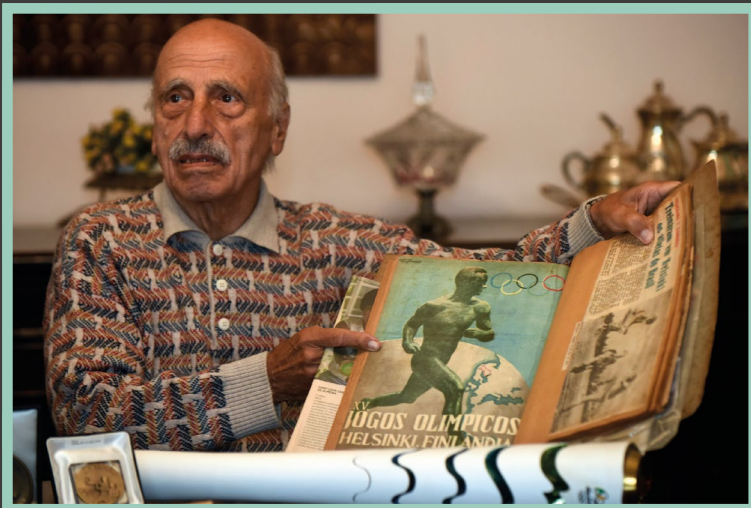
Desde outubro de 2016, um projeto de Gestão de Pessoal, com foco na valorização humana, tem destacado os servidores públicos a partir da vivência fora do ambiente de trabalho ou, eventualmente, envolvendo também as atividades profissionais. Trata-se do História de Vida, idealizado pela Assessoria de Comunicação da Secretaria

de Estado da Administração e da Previdência e publicado no Portal do Servidor.

O objetivo é mostrar que os servidores públicos, ativos ou aposentados, têm experiências ricas e inspiradoras em suas vidas pessoais. Há artistas, escritores, esportistas, colecionadores, músicos... E também os que se dedicam a ações de

solidariedade e ajuda comunitária, entre outras. Essas atividades fazem diferença na vida pessoal, familiar ou na sociedade em que estão inseridos, e podem servir de inspiração a outros. A partir desta edição, a Revista Inovação em Gestão Pública/PR passa a mostrar, por meio dos personagens, o resultado dessa Boa Prática.

© Ricardo Almeida/ANPR



Um remédio, o esporte

A primeira história é a do procurador do Estado do Paraná aposentado **Hélcio Buck Silva**. Prestes a completar 90 anos de idade, tem uma vivência apaixonante como esportista. Em 1952, participou da Olimpíada de Helsinque, na Finlândia, no salto com vara. Não trouxe medalha, mas orgulha-se. “A Olimpíada é a consagração final, algo muito raro na vida do atleta”, diz. No ano seguinte, foi medalha de bronze nos Jogos Universitários Mundiais, em Dortmund, na Alemanha.

Esportista desde criança, Buck, aos 17 anos, já era professor-assistente de Educação Física no Ginásio Paranaense. No mesmo período, defendeu os times juvenis do Atlético e do Coritiba como goleiro. Mas foi atraído pela beleza do salto com vara e ficou conhecido no atletismo brasileiro ao fazer parte da equipe do Vasco da Gama, do Rio de Janeiro. Na bagagem, além dos destaques internacionais, carrega a quebra de recordes da época no Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Formado em Direito em 1954, entrou para o serviço público logo após, destacando-se como primeiro corregedor da Procuradoria-Geral do Estado em 1979. Hoje, ainda se diverte com o esporte, praticando o golfe. “Temos de aproveitar a vida, pois ela não tem volta, só ida”, afirma. E ensina: “O esporte é o grande remédio que podemos recomendar para todo mundo. A velhice você prepara na juventude; portanto, quem tem uma juventude sadia, provavelmente terá uma velhice sadia.”





© Arnaldo Alves/ANP



Café de caneca

A funcionária do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) em Curitiba **Elenir Conceição Souto** nunca gostou de tomar café em copos plásticos. Por isso, tão logo começou o trabalho no serviço público, em 1.º de março de 1977, ganhou da irmã uma caneca de porcelana. Foi o início da coleção que reúne aproximadamente 100 canecas, ocupando boa parte da casa.

Cada caneca conta uma história. Está lá aquela primeira, guardada com carinho, de porcelana extremamente fina, conhecida como “asa de borboleta”. Já com sinais de rachadura. Há outra que traz saudade. Foi ganha de uma colega que a visitou poucos dias antes de morrer. “É uma linda recordação”, emociona-se a servidora. Ou a caneca escolhida pela filha de 4 anos de uma amiga que, ao ver numa loja, suplicou à mãe: “Leva que é bem parecida com a tia Elenir.”

Elenir é prática. “A caneca é boa para tomar café”, acentua. “É melhor para sentir o gosto.” Elas são de vários tipos e modelos. De porcelana, esmaltada, acrílica e térmica, grande, média e pequena, branca, colorida, temática, a solteira e a que se faz acompanhar de um pires. Várias brasileiras, outras que vieram de países os mais diversos. Para suas canecas, apenas um concorrente forte: o chocolate. “Sou fissurada”, admite.



Literatura como complemento de vida

Ao segundo toque, o celular é atendido. A professora aposentada **Ingrid Aparecida Ditzel Felchak**, moradora em Ivaí, na região central do Estado, pede “um minutinho” para fechar a porta do escritório, antes de contar sua história. É assim, no isolamento, que ela prefere conceder a entrevista. Da mesma forma que busca o silêncio para produzir literatura.

Isso tornou-se mais comum desde agosto de 2016, quando se aposentou, após anos de dedicação ao magistério e ao trabalho em bibliotecas de escolas. “Escrever tem a mesma importância que o ar que respiro, é um complemento da vida”, resume.

O currículo literário é extenso. O primeiro livro – *Fase* – foi lançado em 2005. Depois veio *Nina e o Vento* e, em seguida, *Meninas, Poemas para Pensar e Sonhar*. Agora, ela se debruça entre a escrita e a arte da fotografia, em que privilegia a natureza. O nome de Ingrid é uma constante em antologias desde meados da década de 80. Uma história que lhe valeu a Cadeira 13 da Academia de Letras, Artes e Ciências do Centro-Sul do Paraná, e o título de Cidadã Honorária de Imbituva.

PARTICIPE

A história de cada servidor público é importante. Merece ser compartilhada. É realização pessoal e pode servir de motivação para outros.

Envie sugestões pelo e-mail imprensa-seap@seap.pr.gov.br

Leia na íntegra essas e outras histórias no **Portal do Servidor**.



ESPECIAL



SISTEMA INTEGRA FINANÇAS PÚBLICAS

Novo Siaf
registra e
controla
execução
orçamentária,
financeira e
patrimonial do
Estado

Desde o início deste ano, o Estado do Paraná conta com uma das mais modernas ferramentas para registro, acompanhamento e controle de execução orçamentária, financeira e patrimonial. Trata-se do Sistema Integrado de Finanças Públicas do Estado do Paraná, que passou a ser conhecido como Novo Siaf.

“Não há notícia de nenhum estado da federação com um sistema integrado como o nosso”, diz o diretor-geral da Secretaria de Estado da Fazenda, George Tormin. Com disponibilidade a qualquer tempo e atualização on-line, o Novo Siaf garante total transparência em questões orçamentárias e financeiras e fidedignidade da informação.

O instrumental começou a ser projetado no início de 2017 e ganhou corpo com a aquisição, por meio de pregão eletrônico, da nova solução tecnológica integrada. A contratação do sistema incluiu a prestação de serviços de mapeamento, consultoria e assessoria técnica, treinamento, atendimento e suporte.





O Novo Siaf foi divulgado de forma contínua entre os servidores dos vários órgãos que participam do projeto integrado.

© Wagner Araújo/TCE-PR

HISTÓRICO

O processo de licitação e contratação do sistema de software e serviços para a aplicação do Novo SIAF ocorreu em várias etapas. Primeiramente, foi elaborada a matriz de problemas do sistema atual. Em seguida, foram realizados estudos de soluções adotadas em outros estados, como Santa Catarina, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Na terceira etapa, houve a aquisição da nova solução. Entre março e novembro de 2016, foi elaborado e aprovado o termo de referência e o edital, com a realização da licitação em dezembro. Em março de 2017, a empresa Quanam começou a trabalhar no desenvolvimento do sistema.

Em abril, foi assinado termo de cooperação técnica entre os órgãos envolvidos para a promoção de ações e atividades que contribuíssem para o processo de desenvolvimento e implantação do Novo Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado do Paraná.

Em janeiro deste ano, o sistema passou a operar.

Uma ferramenta dessa envergadura precisava de um processador poderoso para que a navegação fosse a mais perfeita possível. Por isso, foi adquirido o supercomputador HPE Superdome X, além de outros equipamentos como comutadores (*switches*) e *storages*, que oferecem solução para o armazenamento de dados.

No datacenter da Celepar, técnicos da empresa e da Secretaria da Fazenda também precisaram se desdobrar para planejar e preparar o ambiente. Foram realizados aparelhamentos lógicos e elétricos dentro dos padrões internacionais, garantindo estabilidade.

LEGISLAÇÃO • O Sistema Integrado de Finanças Públicas do Estado do Paraná atende com propriedade a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal de que todos os Poderes e órgãos utilizem instrumentos únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo. No Novo Siaf estão envolvidos, desde a fase de desenvolvimento e implantação, Poder Executivo, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas, Defensoria Pública e ParanaPrevidência.

Para garantir que todos os aspectos econômicos e financeiros sejam abrangidos e a navegabilidade por cada um dos setores seja simplificada, o Novo Siaf foi desenvolvido em seis módulos: gestão do orçamento e planejamento, gestão da despesa, gestão financeira, gestão da receita, gestão contábil e relatórios. 📄



Representações sociais *dos profissionais de saúde*

O uso de protocolos do pré-natal no município de Francisco Beltrão

Comitê municipal mortalidade materno, infantil e fetal: controle social. Presentes assistente social, enfermeira do risco habitual e intermediário, técnica de enfermagem da vigilância epidemiológica, enfermeira da auditoria municipal, pesquisadora e médica da atenção primária.

Cumprir todos os protocolos do pré-natal é fundamental para que muitas mortes maternas e infantis sejam evitadas e que outros benefícios sejam alcançados para mães e filhos. Essa preocupação levou a enfermeira obstétrica Greicy Cezar do Amaral a realizar um diagnóstico sobre a utilização e implementação desses protocolos pelos profissionais de saúde nos estabelecimentos de atenção ao binômio mãe-filho, no município de Francisco Beltrão, no sudoeste do Paraná.

Entre os protocolos seguidos estão o Rede Cegonha, uma estratégia do Ministério da Saúde, e no caso do Paraná, a Rede Mãe Paranaense, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Saúde.

O estudo, realizado em 2015, foi apresentado por Greicy como dissertação de Mestrado Profissionalizante em Políticas Públicas, na Universidade Estadual de Maringá, no ano seguinte. De acordo com a enfermeira, o objetivo do trabalho foi demonstrar que as altas taxas de morbimortalidade infantil ainda permanecem como um desafio a ser vencido. Ela defende que uma atenção protocolar e qualificada no pré-natal pode contribuir significativamente para a redução dessas taxas e promover uma maternidade segura.



© Acervo Greicy do Amaral

Greicy destaca que, apesar do avanço da ciência, das políticas e programas governamentais para atendimento da saúde pública, o índice de mortalidade infantil no Brasil é de 11,3/1000 nascidos vivos (NV), acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ou seja, 10/1000 NV.

“O Paraná tem número similar ao brasileiro, mas, na área de abrangência da 8ª Regional de Saúde (RS), até 2013, o índice era de cerca de 16/1000 NV e o município de Francisco Beltrão estava com 14/1000 NV, taxas superiores à média nacional e estadual”, revela a enfermeira.

Na tentativa de ajudar a diminuir o índice de mortalidade para atingir um valor aceitável pela OMS, surgiu o interesse em produzir um diagnóstico local no município para identificar causas, falhas e entraves.

A partir do levantamento e de sua análise, ela poderia oferecer aos profissionais diretrizes para procedimentos e condutas durante as consultas e outros atendimentos necessários no período do pré-natal, perinatal e puerpério. “Assim, o acesso e a utilização dessas diretrizes podem ser ferramentas importantes de auxílio aos gestores, envolvendo o uso de tecnologias em saúde e servindo de fonte de informações metodológicas para contribuir na geração de protocolos de conduta”, explica Greicy.

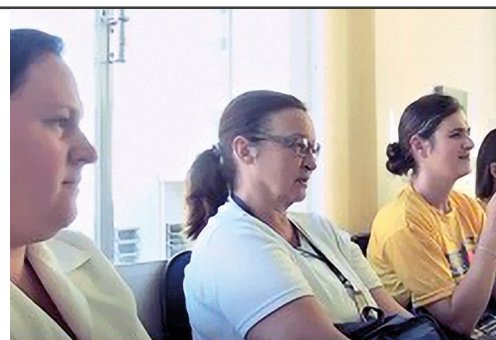
O TRABALHO

O estudo foi de cunho qualitativo, realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, e com dados coletados por meio de um grupo focal formado por profissionais de vários segmentos da saúde: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, odontólogos, agentes comunitários de saúde, membros do comitê municipal de prevenção da mortalidade materna e infantil e de mães-gestantes.

“A pesquisa sensibilizou os profissionais quanto ao uso dos protocolos de pré-natal e sua importância na redução da mortalidade materna, infantil e fetal, estabelecendo vínculos, confiança, integração, e contribuindo para a realização do uso adequado de protocolos no pré-natal, assim, reduzindo o índice de mortalidade materno-infantil”, diz a enfermeira.

O produto final, resultado da pesquisa, foi desenvolvido no município sede da 8ª RS de Francisco Beltrão, que tem uma população de 90 mil habitantes e 1.600 profissionais de saúde, juntamente com as equipes de saúde de 11 bairros e o Hospital Regional – Ambulatório do Pré-Natal de Alto Risco; com gestantes e puérperas atendidas nos locais de saúde e, ainda, com representantes do Comitê Municipal de Mortalidade Materna, Infantil e Fetal.

A partir da pesquisa, foram estabelecidos prazos e programações, tais como: capacitação para médicos e enfermeiros que atuam no acolhimento e atendimento ao binômio mãe e filho, sobre os Protocolos Assistenciais das patologias diagnosticadas na análise dos desfechos desfavoráveis (óbitos maternos, infantis e fetais); e elaboração de um protocolo único, com a mesma linguagem, para os 27 municípios da região, com a participação de todos profissionais médicos presentes na capacitação.



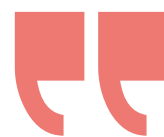
Unidade Alvorada.



Unidade PSF São Miguel.



Unidade PSF PD Ulrico.



A pesquisa sensibilizou os profissionais quanto ao uso dos protocolos pré-natal e sua importância na redução da mortalidade materna, infantil e fetal.





A enfermeira ressalta que a União, este, campus de Francisco Beltrão, por meio do curso de Medicina, está trabalhando na validação deste protocolo assistencial dos municípios da 8ª RS, conforme suas demandas. “Isto gerou redução na mortalidade, e continua mantendo uma taxa aceitável pela OMS”, relata Greicy.

RESULTADOS OBTIDOS

A enfermeira destaca que, após este trabalho, a 8ª RS e o município conseguiram atingir um dígito na taxa de mortalidade infantil e não houve nenhum óbito materno no ano de 2016. “O esforço de trabalhar a conscientização profissional teve resultados em curto prazo e contou com o envolvimento de todos. Atualmente, sou chefe da Seção de Vigilância Epidemiológica da 15ª RS de Maringá e estamos em discussão para realizarmos um trabalho semelhante aqui, contemplando os 30 municípios da região”, conta Greicy. 📱

ARTIGOS APRESENTADOS

• 18º Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem 2016 (Cbcef)

Título: *Comitê regional de prevenção da mortalidade materna e infantil relato de experiência de controle social*

• 21st Wonca World Conference Of Family Doctors 2016

Título: *The social representations of pregnant women on the medical and nursing consultations*

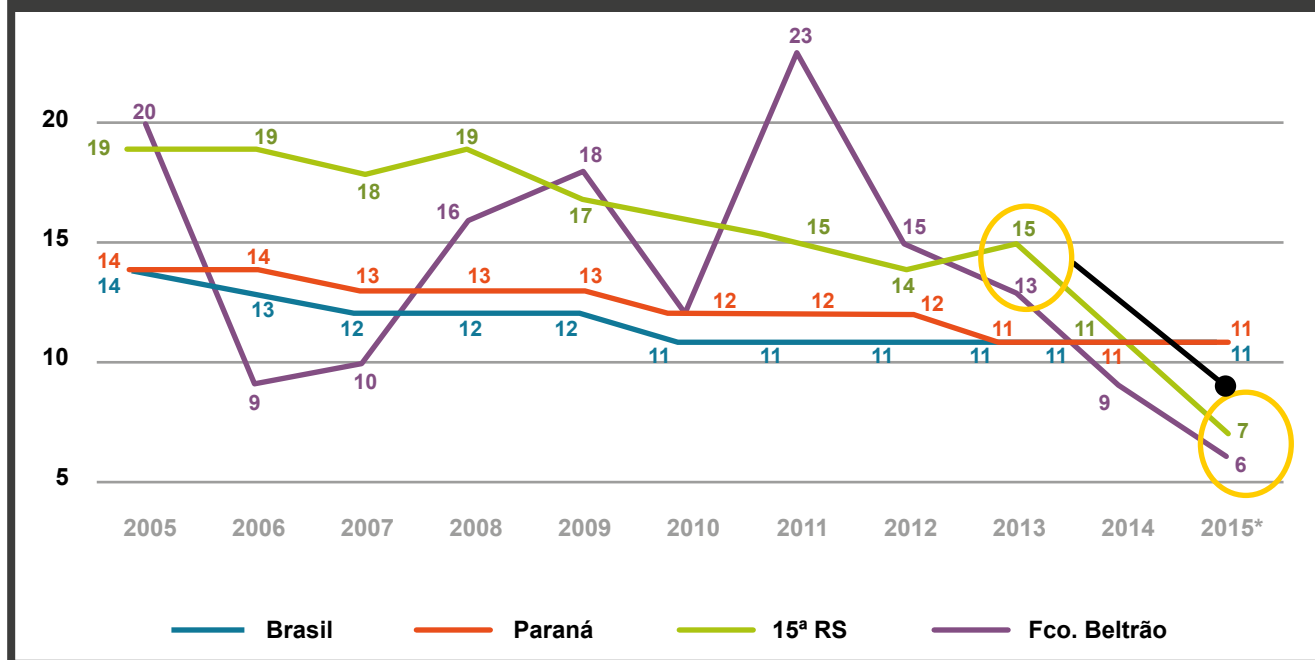
• XXXII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde 2016

Relato de experiência: Resultados após implantação de protocolo assistencial no pré-natal experiência em Francisco Beltrão/PR

• 3º Congresso Paranaense de Saúde Pública/Coletiva e 2ª Mostra Paranaense de Projetos de Pesquisa para o SUS - 2016

Título: *Modelo Gerencial no processo na redução da Mortalidade Infantil* | 3º Lugar: Eixo 3 - planejamento e gestão em saúde (Prêmio inova Saúde Pública).

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL





Sistema de ponto eletrônico da Seab

Mais agilidade e segurança no processamento de dados das horas trabalhadas

O Sistema de Ponto Eletrônico (SPE) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab) foi registrado como boa prática de gestão, no Observatório de Inovação em Gestão Pública no Paraná, pelo chefe do Núcleo de Informática da Secretaria, Marcelo Andrade Amadeu.

Ele explica que o desenvolvimento do SPE teve início em 2015, por iniciativa do Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS) e da direção geral da Seab. O sistema está presente em Curitiba e nos 22 municípios com Núcleos Regionais da Secretaria.

Até o término da análise, desenvolvimento e implantação do SPE, os funcionários da Seab utilizavam o relógio de ponto, com leitor de digital, para registrar o início e o final das atividades diárias. Todas as informações eram visíveis somente para o GRHS.

O SPE possibilitou um melhor controle dos registros de ponto, pois as informações passaram a ser disponibilizadas também aos responsáveis de cada equipe. São eles que devem analisar as informações registradas e aprovar ou não as justificativas de faltas, que podem ser por motivos particulares, atestados médicos ou viagens, entre outros. 📄



MARCELO ANDRADE AMADEU
CHEFE DO NÚCLEO DE
INFORMÁTICA DA SEAB

Para assistir à matéria e saber mais sobre a Boa Prática, acesse o [link](#) abaixo.

[Produção do vídeo: equipe de TV e vídeo da Agência Estadual de Notícias]

[Clique aqui](#)





Visão de liberdade



© Divulgação/Depen

Grupo trabalha na confecção de material em alto relevo; ao fundo, preparação de apostilas.

Projeto de
confecção
de material
educativo
para
deficientes
visuais
por presos
ganha mais
importante
prêmio da
Justiça

O projeto Visão de Liberdade, desenvolvido desde 2004 na Penitenciária Estadual de Maringá, é vencedor de mais um prêmio. Desta vez, conquistou o Innovare de 2017, na categoria Justiça e Cidadania. O Visão de Liberdade possibilita que presos confeccionem material educativo para deficientes visuais de escolas públicas.

“Este é um projeto construído não apenas por uma instituição, mas por várias, ancorado em pessoas e feito para pessoas”, afirma o diretor da Penitenciária de Maringá, Vaine Gomes. “É preciso destacar a contribuição que ele dá à sociedade, além de aliviar bastante a tensão interna.”

O projeto nasceu da necessidade de produção de material para a alfabetização de deficientes visuais, por meio do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP), da Secretaria

Estadual da Educação. “Naquela época (2004), não havia quase nada em braille”, diz o coronel reformado Antonio Tadeu Rodrigues, então diretor da penitenciária.

“Projetos como o Visão de Liberdade merecem destaque porque possibilitam ao detento condições de se tornar um indivíduo melhor e pronto para viver em sociedade”, acentua Rodrigues, hoje presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Maringá (Conseg), um dos órgãos participantes do projeto. “Nossa missão é buscar recursos para a manutenção”, reforça.

TRÊS FRENTES

O projeto tem três frentes de trabalho e parte de uma seleção criteriosa dos detentos. Atualmente, 20 estão na atividade. Uma das equipes é responsável pelos audiolivros. Um moderno estúdio com isolamento acústico e



equipamentos de edição e etiquetagem foi instalado no interior da unidade. Além de ter boa dicção e passar por curso de locução, o detento precisa conhecer os programas a serem utilizados.

Outra equipe reúne os que possuem habilidades manuais para a confecção de materiais em relevo, como mapas, desenhos e jogos adaptados. E um terceiro grupo, com capacitação de noções básicas do Sistema Braille e do software Braille Fácil, faz a digitação em livros paradidáticos, com a descrição dos objetos.

Depois de encerrado o processo na penitenciária, ele é revisado pelo Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual. Função do servidor público Ricardo Alexandre Vieira, que tem deficiência visual. “O trabalho feito pelos presos é de suma importância”, afirma.

PORTUGAL

Desde o início do projeto até a data da premiação, em dezembro do ano passado, foram produzidos 84.820 trabalhos de material didático em relevo, 453 livros e 54 apostilas digitadas em braille, além de 126 livros falados e 12 apostilas, com tiragem de 175 cópias cada. “O Centro de Apoio leva o material e modelos, de acordo com os pedidos dos professores, e faz acompanhamento técnico”, diz a coordenadora do CAP, Rita de Fátima Carvalho Biazetto.

O material é distribuído para 127 municípios do Estado atendidos pelo CAP Maringá. Os audiolivros também estão presentes em vários outros municípios brasileiros, além da biblioteca pública de Sobreda, em Portugal.

Em troca, os detentos têm alguns benefícios. Por mês, cada um deles recebe ajuda de R\$ 45,00, dinheiro depositado em caderneta de poupança individual. Além disso, de acordo com a Lei de Execução Penal, a cada três dias de trabalho há a remição de um dia de pena. A relação entre os detentos e os deficientes visuais ultrapassa a produção e utilização dos materiais. Uma vez ao ano eles se encontram para uma partida de futebol. “É interessante para os dois lados”, destaca o coronel Antonio Tadeu Rodrigues. 📺

Projetos como o Visão de Liberdade merecem destaque porque possibilitam ao detento condições de se tornar um indivíduo melhor e pronto para viver em sociedade.



A penitenciária tem um estúdio para as gravações dos audiolivros.

PREMIAÇÕES

O Visão de Liberdade recebeu, em agosto de 2011, o Prêmio Cidadania Herbert de Souza, promovido pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil. Em novembro do mesmo ano, foi agraciado com o Prêmio da Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Já em 2014, ganhou o Prêmio ODM Brasil, iniciativa da ONU que incentiva ações, programas e projetos que contribuam para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O programa também recebeu, da Câmara de Vereadores de Maringá, o Título do Mérito Comunitário e o Brasão do Município. O Inovare é a mais importante premiação da Justiça brasileira. Os vencedores de 2017 foram anunciados em 5 de dezembro, em evento no Supremo Tribunal Federal, em Brasília. Na final, o projeto paranaense disputou com o *Adotei Adolescentes: talentos, empreendedorismo e inovação*, da cidade do Rio de Janeiro.



Processo seletivo de relotação na UEL



© Daniel Procópio dos Santos / UEL

Antônio Bezerra de Lima Filho (autor)-
chefe da Divisão de Acompanhamento
e Treinamento/ PRORH UEL;
Leandro Altimari, pró-reitor de RH
da UEL; e Itamar André Rodrigues
do Nascimento, diretor de Seleção e
Aperfeiçoamento/ PRORH UEL.

Ferramenta
de gestão de
pessoas reconhece
servidor com
maior qualificação
e melhor
desempenho
funcional

A Pró-Reitoria de Recursos Humanos (PRORH) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), ao longo da história, mantinha um Banco de Relotação com cadastros de servidores interessados na transferência para outros órgãos/unidades da instituição. Quando o órgão ou unidade necessitava de algum servidor, recorria à Pró-Reitoria, que encaminhava os interessados para entrevista. O requerente era responsável pela seleção e escolha do servidor.

De acordo com o chefe da Divisão de Acompanhamento e Treinamento da PRORH/UEL, Antônio Bezerra de Lima Filho, esta forma

de relotação apresentava algumas deficiências e dificuldades de gestão. Entre elas, ele destaca: apatia e desmotivação do servidor em relação ao trabalho, à equipe e ao seu próprio setor, quando observada a relotação de um recém-ingressante, em detrimento do seu pedido, que há anos aguardava; e desprestígio dos servidores com maior qualificação e melhor desempenho funcional quando se deixava de considerar a capacitação, a qualificação e as competências na escolha para as unidades.

Foi nesse cenário que, em 2015, Lima, juntamente com o diretor de Seleção e Aperfeiçoamento da



PRORH/Uel, Itamar do Nascimento, e o pró-reitor Leandro Altimari, implantaram o Processo Seletivo de Relotação (PSR), um instrumento normativo que estabelece regras e critérios objetivos na escolha dos servidores.

AÇÃO

O PSR nasceu para ser um instrumento de gestão de pessoas que valorizasse a boa qualificação funcional e, ao mesmo tempo, garantisse aos titulares das unidades a adoção de uma eficiente política de remanejamento de vagas/servidores. Pelo procedimento, uma unidade seleciona, dentre os servidores interessados em relotação, aquele que julga possuir a melhor qualificação para a função, aferida a partir da análise da vida funcional, currículo, titulação, avaliação de desempenho e outros atributos considerados relevantes.

“Inicialmente, para a implantação do PSR, foi necessária a criação de um sistema on-line denominado Banco de Talentos, que se deu a partir de longa discussão entre técnicos da Uel, visando obter com maior grau de precisão informações referentes à vida funcional e ao perfil curricular e profissional dos agentes universitários”, explica Lima.

Uma vez constituído o Banco de Talentos, passou-se à orientação para que os pedidos de relotações fossem feitos exclusivamente nesse sistema. O servidor interessado deveria indicar as unidades do seu interesse, bem como fornecer informações sobre qualificação profissional, escolaridade e outras. “Vale destacar que o sistema Banco de Talentos também disponibiliza, à unidade requisitante, informações on-line necessárias à pré-seleção dos servidores inscritos

no PSR”, diz Nascimento.

Para que o processo ocorra, primeiramente a unidade requisitante solicita a reposição de vaga, por formulário denominado Requisição de Pessoal Técnico-Administrativo. Após a verificação da anuência governamental da vaga feita pela PRORH, é apurada no Banco a existência de candidatos interessados em se transferir para a unidade requisitante. Em seguida, é publicado o edital de abertura do PSR para que os servidores interessados possam se inscrever, com prazos preestabelecidos para as diferentes etapas do processo. A seleção é efetivada em duas etapas: Pré-Seleção e Entrevista.

RESULTADOS OBTIDOS

Até o final de 2017, foram encerrados dois PSR, com aproximadamente 500 inscrições, para preenchimento de vagas requisitadas pelo Hospital Universitário para as funções de Técnico Administrativo, Técnico em Enfermagem, Agente Operacional, Oficial em Manutenção, e para a Clínica Odontológica Universitária.

De acordo com o pró-reitor de RH da Uel, o PSR proporcionou economia de tempo, de recursos materiais e financeiros, além de possibilitar maior transparência e credibilidade nos procedimentos adotados. “A experiência vivida pela Pró-Reitoria a partir desta boa prática é uma eficiente ferramenta de gestão de pessoas, na medida em que aproveitamos a capacitação continuada e, ao mesmo tempo, estabelece regras claras e transparentes aos procedimentos de relotação, eliminando problemas administrativos gerados justamente pela falta de uma política de remanejamento de vagas/servidores”, conclui Altimari. ■



Reunião da Coordenação do PSR para discutir a publicação do 1.º edital com os servidores selecionados em 2017.



Orientação ao preenchimento do banco de talentos.



Entrevista do servidor selecionado na 2.ª etapa do PSR.



Levar em consideração a autonomia de cada ente também faz diferença, nivelando a relação de poder e fazendo com que cada um se torne construtor e parceiro no processo.





Abordagem integrada entre as áreas Social e de Engenharia beneficia mais de 100 famílias no Oeste Paranaense

Avaliação das condições de moradia



© Acervo Seds

Entre os objetivos do Programa Família Paranaense está a redução da vulnerabilidade social por meio de ações intersetoriais. Uma grande parceira é a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), responsável pelas melhorias urbanas do programa, que inovou em sua prática elaborando um referencial teórico e prático para desenvolver ações no município de Cantagalo.

Iniciado em 2014, o trabalho tinha como alvo a análise do estado de conservação das casas, para nortear a intervenção futura. A avaliação indicaria se a casa sofreria reforma ou demolição e, consequentemente, construção de novas unidades. Para isso, foi necessária a elaboração do instrumento metodológico, um formulário denominado Inventário de Inspeção Preliminar das Moradias, que analisa cinco aspectos estruturais das casas: fundação, materiais utilizados, condições do piso, presença de banheiro e características do terreno.

A boa prática foi desenvolvida pela socióloga e doutora em Meio Ambiente Corina Alessandra Bezerra Carril Ribeiro, que é analista em Desenvolvimento Social na Cohapar e trabalha na Superintendência de Regularização Fundiária (SURF). Ela trabalhou com a equipe da Cohapar que atua no Família Paranaense, formada pela arquiteta e urbanista Maria Fernanda Lagana de Almeida, pelo engenheiro Marcelo da Silva Santos, pela assessora técnica Lorena Mylla Gonçalves e pela assistente social Lucimeri Sampaio Bezerra.

Para o desenvolvimento da ação foi importante a parceria com a prefeitura de Cantagalo, que disponibilizou técnicos das áreas de Engenharia e Assistência Social para acompanharem as vistorias junto com a equipe técnica da Cohapar.

“A inovação dessa prática se deu na aplicação integrada do referencial teórico (formulário elaborado pela equipe) sob o olhar das diversas áreas técnicas, levan-



do em conta a opinião das famílias quanto ao diagnóstico técnico. Ou seja, se desejam que a casa seja demolida ou reformada. O representante familiar assinou o termo de responsabilidade referente à intervenção na casa”, explica Corina.

A AÇÃO

Foi estabelecida uma pontuação, conforme a importância de cada item de avaliação da moradia. Neste caso, os itens de maior valor foram dados à falta de banheiro (5 pontos) e ausência de piso firme (4 pontos), gerando uma matriz de resultados correspondente à somatória dessa pontuação. A maior pontuação condena a moradia à demolição.

“Além do formulário adotado como instrumento de avaliação das casas, destacamos a prática interdisciplinar executada pela equipe técnica durante as vistorias nos imóveis. Os momentos de vistorias nos imóveis pelas equipes da área social e de engenharia representam uma atuação integrada entre as áreas, necessária para se ter a visão do todo”, ressalta Corina.

Com isto, de um lado, tem-se o olhar sobre a estrutura física das casas e subsídios para definir o tipo de intervenção no imóvel. De outro, tem-se a visão da área social analisando aspectos relacionados ao bem-estar do morador em relação à sua casa e demais ações do Família Paranaense, contribuindo para o fortalecimento da parceria governo-sociedade.

RESULTADOS

De acordo com a analista, a ação contribuiu para a melhoria da qualidade da gestão pública quanto à otimização e racionalização de recursos públicos. Ao invés de cada setor realizar uma vistoria técnica específica, ou seja, abordagens separadas, foi realizada uma visita integrada abrangendo vários seto-

res e contribuindo para o diálogo e interação entre os diferentes campos do conhecimento.

“Esse trabalho pode ser replicado tanto em órgãos públicos em geral, como por entes privados, pois otimiza recursos e possibilita a atuação integrada e diálogo interdisciplinar entre as equipes técnicas. Todos os ramos do conhecimento e atores sociais envolvidos são levados em consideração”, avalia Corina.

Ela destaca que, entre os principais aspectos positivos, estão: otimização de recursos materiais e humanos por meio do trabalho em conjunto; diagnóstico integrado das áreas de engenharia e assistência social que, antes do programa, trabalhavam de forma fragmentada; união das áreas e dos diferentes olhares e saberes específicos contribuindo para uma atuação interdisciplinar; maior confiança das famílias nas ações propostas e melhoria nos serviços prestados para as famílias.

O agricultor Jucelino dos Santos mora na região há muito tempo e não pensa em sair. “Depois da casa pronta vou ficar mais do que feliz, porque certamente teremos uma rede de esgoto. Moramos

em seis pessoas e tenho certeza que até a nossa saúde vai ser 100% melhor tendo uma habitação segura. A equipe está de parabéns, é uma benção o que estão fazendo pra gente. Vai mudar muito a vida das pessoas daqui”, conclui o agricultor. ■



Esse trabalho pode ser replicado tanto em órgãos públicos em geral, como por entes privados, pois otimiza recursos e possibilita a atuação integrada e diálogo interdisciplinar entre as equipes técnicas.



© Acervo Seds





Programa *Morar Bem*

Mais agilidade na tomada de decisões e programação de recursos para os próximos anos

A parceria entre instituições públicas estaduais e municipais possibilitou que famílias em vulnerabilidade social pudessem garantir moradias mais dignas no município de Campo Bonito, no oeste do Paraná. Proprietárias de lotes com casas em situação precária, essas famílias eram preteridas em projetos federais de habitação, que normalmente privilegiavam quem não possui residência nem terreno próprio.

Para que as famílias pudessem melhorar a condição de suas moradias, a prefeitura criou o Programa Morar Bem, por meio da Lei Municipal n.º 845/2010, atualizada pela Lei n.º 1114/2017. O programa é coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e consiste na doação, pelo município, de mão de obra e materiais necessários para melhoria das residências ou construção de novas unidades habitacionais.

A equipe de trabalho é formada pelos membros dos Comitês Municipal e Local do Família Paranaense: Célio Borges, que é responsável pela Habitação, e a assistente Social Libeli Simioni Machado, ambos vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, e o engenheiro Gerson Nôe, vinculado à Secretaria Municipal de Administração.

A secretária da pasta, Eliane de Camargo Dominiak, explica que para a seleção das famílias, beneficiadas por este programa de habitação municipal, foi utilizada uma ferramenta do governo do Estado do Paraná, o Sistema de Acompanhamento das Famílias do Programa Família Paranaense. Por meio dele, o município consegue identificar as famílias em maior vulnerabilidade social de acordo com o Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF), calculado a partir das informações extraídas do CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais), levando-se em conta 19 componentes relacionados às características

© Acervo Seds



A secretária municipal de Assistência Social, Eliane de Camargo Dominiak.



© Acervo Sedis

e adequações do domicílio, composição e perfil familiar, escolaridade, trabalho e renda.

Os Comitês do Programa Família Paranaense são responsáveis por analisar as solicitações das famílias e verificar a prioridade dos atendimentos de acordo com o IVF e as informações constatadas nas visitas domiciliares.

RESULTADOS OBTIDOS

No ano de 2017 foram atendidas 16 famílias com reformas substanciais nas residências ou com a construção de moradias.

Após o período de entrega das casas, os técnicos observaram também melhoria das condições sanitárias domiciliares das famílias atendidas e consequente combate e erradicação de doenças geradas pela inadequada situação, avanços no setor de saúde e higiene, crescimento do Índice

de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal e progresso no Índice de Vulnerabilidade das Famílias (IVF).

Devido a essa melhora dos índices e das condições de vida das famílias que eram acompanhadas por meio do Família Paranaense, elas puderam ser desligadas do programa, o que representa uma vitória tanto para os assistidos quanto para os coordenadores e técnicos. É o sinal de que a ação impactou nas demais áreas de abrangência do programa como Saúde, Educação e Renda, entre outros.

"Para nós, foi uma grande satisfação realizar sonhos e ver as pessoas satisfeitas em ter um ambiente agradável e saudável para viver com os seus familiares. Além de visualizar, e até mesmo priorizar no município, espaços com habitações dignas, onde antes havia casas com aspectos que demonstra-

vam claramente a não habitabilidade", conclui a secretária.

A dona de casa Isabel Borges foi uma das beneficiadas do programa e, em razão de toda uma história de vida, não tem como não se sentir privilegiada com o resultado dessa ação. Ela teve a casa incendiada em outubro de 2016. "Por um período vivemos da doação e caridade da população de Campo Bonito", lembra.

Necessitando de um novo lar para viver, a família procurou a Secretaria Municipal de Assistência Social e solicitou o atendimento por meio do Morar Bem do município. "Fomos selecionados pela urgência da nossa situação. Eu e meu marido Oscar estamos muito contentes, pois estamos na nossa casa nova, onde podemos receber novamente familiares e amigos", diz Isabel. ■



© Acervo Seds

Juro Zero da Fomento Paraná

Programa contribui
para superação da
vulnerabilidade social
por meio de oferta
de microcrédito às
famílias do Programa
Família Paranaense

No Assentamento Maria Lara, no município de Centenário do Sul, no norte do Paraná, vivem aproximadamente 40 famílias. Nove delas estão incluídas no Programa Família Paranaense e recebem acompanhamento da equipe técnica que compõe o Comitê Local do Programa.

Em 2016, durante as intervenções realizadas pelo comitê, o técnico da área do Trabalho e Renda, José Gilson da Silva, que é agente de crédito, identificou que a família dos moradores Ivanilde Desengrino e Itacir Caverzan atenderia aos critérios para acesso ao Programa Juro Zero, do Governo Estadual.

Eles já eram beneficiados com um lote de terras por meio do sistema de Reforma Agrária e trabalhavam com o plantio de frutas e verduras, visando ao sustento familiar. “Porém, eles plantavam e pouco colhiam, pois a terra era arenosa e seca, o que dificultava ainda mais as condições de vida e renda da família”, conta Silva.

PROCESSO

O objetivo foi a superação da situação de vulnerabilidade desta família e, em seu plano de ação familiar, incluir a oferta de linha de crédito. Para isso, o técnico Silva esclareceu o funcionamento do programa Juro Zero, orientou e intermediou as solicitações de empréstimos da família ao Fomento Paraná.

Foram realizadas diversas reuniões com os técnicos do Comitê Local, a fim de auxiliar a família a acessar o benefício. Houve também a articulação da equipe com um agrônomo do município para elaboração do projeto a ser desenvolvido, que fazia parte da documentação para pleitear o benefício.

“Considerando as condições de vida e de renda dessa família e sendo a atividade agrícola a única fonte de renda deles, a família foi beneficiada pelo Juro Zero e, com o acesso ao recurso, pode implantar o sistema de gotejamento na propriedade”, explica Silva.

RESULTADO

A plantação da senhora Ivanilde Desengrê e do senhor Itacir Caverzan passou a receber irrigação constante, o que possibilitou o cultivo de frutas como maracujá, melancia e abacaxi. O esforço apresentou resultados. Prosperando com a colheita das frutas, principalmente com o maracujá, a família adquiriu arame e madeiras para instalar estaleiros e intensificar a plantação.

“Tudo mudou na vida dessa família. Agora, tudo que se planta, nasce! Consequentemente são colhidos bons resultados, garantindo a manutenção e sustento da produção e proporcionando melhores condições de vida e sustentabilidade”, ressalta Silva.

Após a execução da ação pela equipe técnica, a família está participando do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), comercializando os frutos de sua colheita.

“O Juro Zero nos beneficiou muito, com um retorno positivo na economia familiar. Este programa foi o primeiro passo para facilitar o início da agricultura familiar”, afirma Itacir Caverzan. 📌



© Acervo Seds

🗨️ O PROGRAMA

O Programa Juro Zero é uma linha de crédito da Fomento Paraná destinada a ofertar microcrédito, sem juros, para aqueles que querem aumentar a renda com seu pequeno negócio, em qualquer área, desde que a família esteja incluída no Programa Família Paranaense.

Além da taxa de juros ser de 0%, o programa se destaca por alcançar setores com pouco ou nenhum acesso ao sistema financeiro tradicional. São disponibilizados de R\$ 300,00 até R\$ 4.000,00, que podem ser parcelados em 10 ou 20 vezes, com um mês de carência. Mantendo as parcelas em dia, há a isenção de pagamento da última.

Para ter acesso ao programa Juro Zero é preciso estar incluído no Programa Família Paranaense, ser pessoa física, ter um avalista e que o dinheiro seja destinado a empreender ou alavancar um negócio.



© Acervo Seds

Programa de geração de emprego e renda

Resultados positivos
às famílias do
Programa Família
Paranaense

Em várias regiões do país é comum que famílias em situação de vulnerabilidade social sobrevivam com o auxílio de igrejas, familiares e de cestas básicas fornecidas por centros de Assistência Social. No município de Guaíra, no oeste paranaense, não é diferente. Esta era a situação da família de Cleide Pereira Dias, em 2013, quando iniciou o acompanhamento no Programa Família Paranaense.

Separada, 49 anos, analfabeta, mãe de oito filhos, sem apoio do pai das crianças, e portadora de problemas de saúde que a impossibilitavam de trabalhar formalmente (atrofia nos nervos e hipertensão), Cleide queria mudar sua realidade e se tornar uma pessoa produtiva, provedora do lar.

Durante o período de acompanhamento do Programa Família Paranaense, dois dos filhos de Cleide foram encaminhados para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que atende crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Por meio de orientações da equipe, Cleide conheceu o Programa Paraná Juro Zero e se interes-

sou pela proposta de financiamento, pois como boa cozinheira fazia pães caseiros para vender.

Ela passou a receber suporte da assistente social e coordenadora do Família Paranaense no município, Roselene Evangelista de Assis, que também é coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e teve o apoio de Eliane de Oliveira Schuback Franciscatt, que é membro do Comitê Local do Família Paranaense.

A coordenadora explica que, a fim de alavancar a sua atividade, Cleide realizou o financiamento Paraná Juro Zero pela primeira vez, adquirindo forno elétrico, sovadeira, cilindro elétrico e ingredientes necessários para a produção de pães.

O programa oferece uma linha de crédito da Fomento Paraná, sem juros, para aqueles que querem aumentar a renda com seu pequeno negócio, independentemente da área. A exigência é que a família esteja incluída no Família Paranaense.

“A atividade deu retorno financeiro, incentivando Cleide a realizar o financiamento pela segunda vez, com a aquisição de mesas, utensílios e matéria prima necessária”, ressalta Roselene.

TRABALHO INTERSETORIAL

O CRAS e o Banco do Empreendedor atuam em conjunto no repasse de informações aos beneficiários do Família Paranaense, por meio de reuniões mensais, que envolvem diversas políticas públicas e dão apoio no acesso ao Microcrédito Paraná Juro Zero.

A coordenadora relata que a participação do Comitê Local e da articulação em rede foi essencial para o desenvolvimento desta ação. “O trabalho realizado com as famílias durante as reuniões mensais é primor-



© Acervo Seds

A atividade deu retorno financeiro, incentivando Cleide a realizar o financiamento pela segunda vez, com a aquisição de mesas, utensílios e matéria prima necessária.

dial para que elas possam se informar e acessar os direitos oportuni-
zados pelo programa”, diz Roselene.

RESULTADOS OBTIDOS

Após o ingresso no programa e o acesso ao financiamento, Cleide

passou a custear os gastos com alimentação, aluguel e outras despesas básicas da família, garantindo assim a renda necessária para prover seu sustento e de sua família.

“A minha situação melhorou muito, pois atualmente tenho o valor mensal para comprar a carne, o feijão e outros alimentos para a família. Eu não conseguia pagar o aluguel e hoje tenho dinheiro para arcar com essa despesa”, revela Cleide.

De acordo com Roselene, a equipe do CRAS e da Agência do Trabalhador adquiriu os pães que Cleide produz e aprovou a qualidade, recomendando a compra do produto a diversos órgãos, além de orientá-la sobre outros programas existentes, para que possa aprimorar sua atividade.

“Os resultados obtidos nos dão a certeza que o trabalho intersectorial é extremamente necessário para o sucesso das ações desenvolvidas na emancipação das famílias que dependem exclusivamente dos benefícios assistenciais. Esta boa prática representa que o trabalho conjunto traz resultados positivos”, conclui a coordenadora. ■



© Acervo Seds

Atendimento em *rede de adolescentes* em situação de *vulnerabilidade*

Abordagem
da Assistência
Social para o
empoderamento
pessoal

No início de 2017, durante as reuniões da Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente do município de Jaboti, no norte pioneiro do Paraná, a direção do Colégio Estadual Júlia Wanderley revelou preocupação com adolescentes do ensino médio que tinham comportamento indisciplinado e permitiam que fatores externos à escola atrapalhassem os estudos, o que poderia comprometer o futuro deles.

Então as equipes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidades da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, buscaram uma abordagem dentro da escola para reverter o quadro.

O trabalho foi desenvolvido pelo psicólogo Luciano Ferreira Rodrigues Filho e por uma equipe formada pelas assistentes sociais Rafaela Rossi Vale e Jacqueline B. J. Leal, pela servidora Eliete Barbosa e pela pedagoga Danielle de Oliveira Souza.

A ação começou com encontros temáticos com os adolescentes, descobrindo-se que o comportamento deles era reflexo das relações familiares e do método adotado pelo colégio em sala de aula. “Assim, pro-

pusemos um trabalho de iniciação científica para averiguar se outros alunos compartilhavam do mesmo pensamento”, relata Rodrigues.

A AÇÃO

O trabalho foi realizado dentro do colégio, por meio de dois encontros semanais, com a participação de seis meninas do 1.º ao 3.º ano do ensino médio. Em cada encontro foi debatida uma temática científica sobre família, drogas, relacionamento pessoal e políticas públicas.

As alunas realizaram uma pesquisa no colégio, como forma de ação-participante dos adolescentes no conhecimento e transformação das políticas públicas do município. “Durante a aplicação dos questionários, houve dificuldade nas respostas das questões abertas. Isso se deve a diversos fatores, como a vergonha, inibição e recusa pela falta de uma resposta estruturada. Por isso, foi empregado o método quantitativo, utilizando perguntas fechadas, com o intuito de explorar os diversos níveis de desenvolvimento intelectual dos alunos”, explica o psicólogo.

Rodrigues diz que foi decidido em conjunto com os estudantes que o levantamento seria com 50% dos alunos do período matutino, da 8.ª série do ensino fundamental ao 3.º ano do ensino médio, totalizando 120 entrevistas.

“Os problemas diagnosticados pelos alunos do matutino são os mesmos da instituição toda, assim, a pesquisa não será arqueada/direcionada para um único foco (matutino), pelo contrário, se há problemas no matutino, no noturno eles se intensificam”, destaca Rodrigues.

Todas as entrevistas foram realizadas individualmente, com questões fechadas abordando os temas: escola, professores, alunos, metodologias, estruturas, atividades extracurriculares e projetos sociais.

Os dados obtidos foram tabulados de forma dinâmica e, consequentemente, com resultados numéricos/gráficos para interpretação.

RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados deste trabalho provocaram modificações no comportamento das adolescentes e contribuíram para a implantação de políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes no município, além da mudança no contexto familiar.

Como modificação do comportamento das adolescentes, o trabalho proporcionou a compreensão sobre alguns temas em que estão envolvidas, como a família. Isso fez com que elas deixassem de ter um comportamento agressivo decorrente das relações familiares.

Segundo a direção do colégio, a mudança foi positiva, não havendo mais relatos de agressividade, bem como foi observada a melhoria nas relações com os professores e amigos.

“O projeto foi muito importante para o colégio. Por meio dele, as alunas do ensino médio puderam desenvolver um artigo que poderá proporcionar melhorias no ensino e promover o esporte para crianças e adolescentes, através de políticas públicas”, destaca a diretora do Colégio, Fernanda Carvalho Ribeiro.

Outro resultado obtido foi a criação de políticas públicas. Entre os adolescentes, 86% apontaram a falta de atividade esportiva e 79%, a falta de atividades culturais. Dentro dos esportes, constatou-se o interesse pelo futebol e voleibol e, como prática cultural, a música, filmes e dança.

“Os dados foram levados para a gestão da Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, que criou projetos esportivos e práticas culturais, atendendo todas as crianças e adolescentes do Família Paranaense, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, da Bolsa Família e de interessados”, conclui o psicólogo. ■



© Acervo Sedis



© Acervo Seds

DENGUE, uma luta de todos

Mobilização de comunidade e técnicos do Família Paranaense reduz índice de infestação do *Aedes aegypti* para quase 0% no local

O aparecimento de focos de dengue é sempre preocupante e necessita de um trabalho integrado de toda a comunidade para o combate. Todo potencial criadouro precisa ser removido. Em Centenário do Sul, município localizado no norte do Paraná, não foi diferente, particularmente no Acampamento II de Dezembro. Naquele local, em 2016, moravam aproximadamente 500 pessoas e ocorreram 18 notificações à Vigilância Sanitária.

De acordo com o coordenador municipal de Vigilância em Saúde, Jaime Antônio dos Santos, o aumento dos casos foi gerado principalmente pelas condições de vida dos moradores daquela localidade.

“Observamos que esta comunidade do Acampamento tinha poucas informações sobre o risco de uma epidemia de dengue, os moradores vinham de várias regiões do Paraná. No local, houve um acúmulo muito grande de materiais e objetos em desuso ocasionando grande concentração de criadouros do *Aedes aegypti*, com isto, ocorreu uma epidemia da doença”, explica Santos.

Não havia mais tempo a perder. O coordenador e a técnica de enfermagem, Luana Raissa Origoni, iniciaram uma série de atividades para o combate do *Aedes aegypti*, trabalhando ao lado de uma equipe formada pelos agentes de controle de

endemias Juline de Padua, Andrea Alfines, Solange Ramos, Inglyd Geanie e Francisca Vieira Lima.

Os técnicos e agentes contaram com apoio total do Comitê Local do Família Paranaense, que está presente no trabalho com os moradores do Acampamento II de Dezembro, do Departamento de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

A AÇÃO

Com o acompanhamento dos profissionais, os moradores do acampamento se reuniram e constituíram uma comissão que saía a campo, pelo menos uma vez por semana, para realizar o trabalho de orientação e coleta de todo lixo que era potencial repositório de água. Essa iniciativa proporcionou, além da conscientização da população, uma reflexão sobre a responsabilidade de cada um na resolução desse problema.

“Os trabalhos executados nessa comunidade necessitaram de poucos recursos financeiros do poder público. Realizamos mobilizações, com responsabilização de todos, palestras, aplicação de inseticida e arrastões, contando com a colaboração de profissionais da área de Saúde”, destaca Santos.

RESULTADOS OBTIDOS

A ação foi absolutamente simples, mas os resultados foram grandes. O município obteve significativa diminuição das notificações de casos de dengue na região do Acampamento II de Dezembro. Segundo o coordenador municipal de Vigilância em Saúde, a redução de índice de infestação do *Aedes aegypti* chegou a quase 0%.

“Todo esse trabalho foi impulsionado pelas atividades desenvolvidas pela equipe técnica do Comitê Local em cooperação com a comu-



© Arquivo Sedes

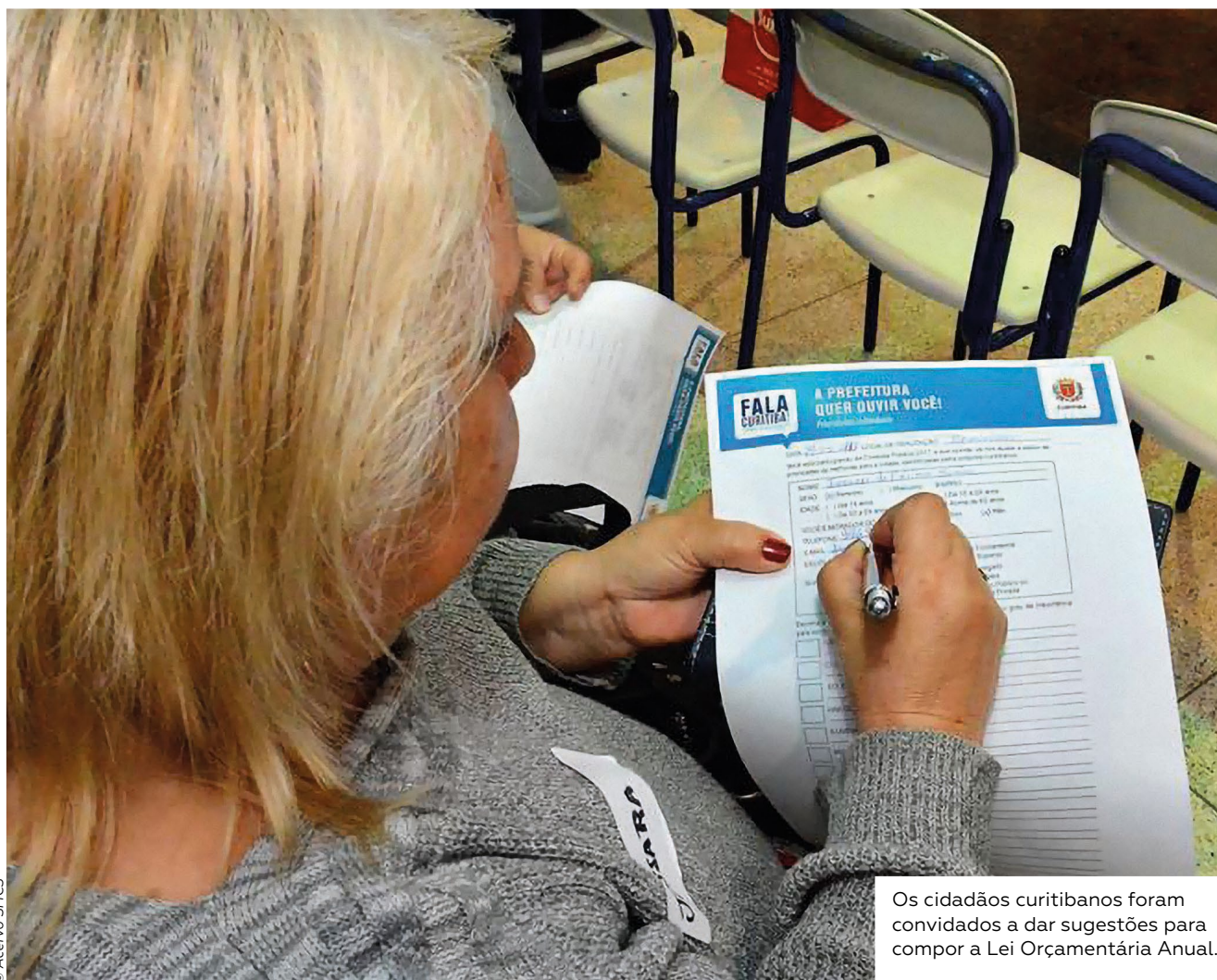


Realizamos mobilizações, com responsabilização de todos, palestras, aplicação de inseticida e arrastões, contando com a colaboração de profissionais da área de Saúde.



nidade”, afirma Santos. “Foram realizadas ações não somente da área da Saúde, como também em outras áreas, o que contribuiu para uma condição de vida mais saudável e favorável e, ainda, para o exercício de cidadania por parte dos moradores do Acampamento II de Dezembro”, conclui o coordenador.

A boa prática de gestão relativa a esse problema de saúde pública não resolveu apenas a situação imediata que afetava o município. Pelo relato da trabalhadora rural Marly de Lourdes, é possível concluir que a mobilização da comunidade foi de extrema importância para uma conscientização sobre o perigo da dengue. “Graças às ações realizadas, as pessoas pararam de apresentar os sintomas da dengue, além de servir de alerta nos trabalhos mais efetivos sobre a limpeza dos terrenos”, afirma. ■



Os cidadãos curitibanos foram convidados a dar sugestões para compor a Lei Orçamentária Anual.

Prefeitura de Curitiba amplia consultas públicas

O Fala Curitiba promoveu 80 reuniões e colheu mais de 5 mil propostas para Lei Orçamentária Anual

A necessidade de garantir maior participação popular na gestão levou a Prefeitura de Curitiba a implantar, em maio de 2017, o Fala Curitiba. Ele nasceu para ser um modelo de consultas públicas e também uma forma de qualificar as propostas de melhorias, visto ampliar o debate sobre temas que interessam à cidade, refletindo a percepção da vontade da população.

Pela nova sistemática, as tradicionais consultas realizadas nas Regionais Administrativas, e que normalmente restringiam-se a um encontro, passaram a ser precedidas por reuniões nos bairros, abrindo-se uma possibilidade maior de a população exercer a cidadania.



METODOLOGIA

O programa foi projetado com vistas a cumprir algumas fases, tendo como princípio fundamental dar oportunidade para que o máximo possível de pessoas pudesse opinar. Na primeira fase, foram organizados 80 encontros reunindo moradores dos 75 bairros de Curitiba. Eles foram informados por meio de banners, filipetas, mensagens em ônibus e terminais de transporte público, além de redes sociais.



Modelo qualifica as propostas de melhorias e amplia o debate sobre temas que interessam à cidade, refletindo a percepção da vontade da população.



Três vídeos – acolhida, explicação didática das leis orçamentárias e orientação sobre o Programa Fala Curitiba e suas fases – iniciavam os encontros. Em seguida, eram entregues fichas com diversos temas (saúde, meio ambiente, educação, entre outros) para que cada um anotasse os três que considerasse de maior importância para sua região.

A seguir, eram formados grupos para estabelecer o debate. Cada um foi convidado a expor seus interesses individuais, garantindo o

direito de ser ouvido pela administração pública. Da conversa entre os membros do grupo, surgiram as três prioridades da coletividade.

Na segunda fase do processo, as prioridades apresentadas foram analisadas em reuniões internas envolvendo administradores regionais, núcleos e secretarias, sob a ótica da viabilidade técnica, jurídica e orçamentária. Nesses encontros, foram destacadas as ações de rotina que devem ser implantadas independentemente do orçamento, além de outras 20 prioridades que merecem mais discussões com vistas à inclusão na lei orçamentária.

A terceira fase consistiu de uma prestação de contas por parte da administração do que foi apresentado na primeira fase do processo e do que foi considerado inviável a partir dos critérios balizadores da segunda. Além disso, foram detalhadas as 20 ações prioritárias em relação a tempo de execução, custo aproximado, número de beneficiários, etc. Por fim, cada regional foi convidada a votar em 10 propostas.

Na quarta e última fase, partiu-se para as consultas públicas propriamente ditas, fundamentais para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). As 100

ações pré-selecionadas nas fases anteriores foram apresentadas à população em dez encontros – um por regional. A partir daí, a população foi novamente chamada à votação para eleger 50 prioridades municipais (cinco por regional).

RESULTADO

Com o Fala Curitiba, a prefeitura conseguiu um envolvimento maior, primeiramente ampliando de 10 para 80 as reuniões nos bairros. As consultas envolveram 5.236 pessoas, que apresentaram 5.480 propostas individuais e 978 coletivas para os 75 bairros de Curitiba. O programa também foi levado para o sistema eletrônico (site) com 3.859 votos nas propostas coletivas.

Muitas das propostas eleitas já estão sendo colocadas em prática pela prefeitura. As sugestões individuais não escolhidas como prioritárias foram digitalizadas e fazem parte do sistema eletrônico da Lei Orçamentária Anual, com o objetivo de auxiliar no trabalho das secretarias. Além disso, houve esclarecimento para a população sobre como é construído o orçamento e onde os recursos são empregados. ■

... SOBRE O PROJETO

O Fala Curitiba ganhou também um site – www.falacuritiba.curitiba.com.br – em que o cidadão consegue, rapidamente, acessar as informações básicas do plano de governo e as propostas listadas nas consultas públicas. Ao se clicar neste item, o interessado encontra detalhes sobre as prioridades de cada regional da cidade. A edição 2018 do projeto dará atenção especial às plataformas digitais, um pedido da população nas consultas públicas e, sobretudo, de quem não pôde estar nas reuniões. Para isso, o site ganha novas funções e recursos com vistas a estreitar o relacionamento com a comunidade.





© Acervo PML/INCom

Espaço para **micro** e *pequenas empresas*

Programa
Compra
Londrina une
poder público e
sociedade civil
em benefício
de empresários
locais

A partir do trabalho conjunto da Prefeitura de Londrina com entidades da sociedade civil, entre elas Federação das Indústrias, Sebrae, Associação Comercial e Industrial, Observatório de Gestão Pública e dezenas de sindicatos, foi implantado, em junho de 2017, o programa Compra Londrina (Decreto Municipal 753). Com ele, empresários de micro e pequenas empresas locais passaram a ser estimulados e capacitados para participar dos processos licitatórios.

Nos primeiros seis meses do programa, mais de R\$ 7,8 milhões em compras já ficaram dentro da própria

cidade. “É um recurso que circula na cidade e contribui para a geração de emprego”, diz o secretário municipal de Gestão Pública, Fábio Cavazotti e Silva. Um dos paradigmas do novo sistema foi a participação dos londrinenses no registro de preços para a aquisição de uniformes escolares, em dezembro de 2017.

Dos 12 vencedores, a metade é micro ou pequenas empresas da cidade que participaram pela primeira vez do processo. “O que fizemos foi dar informações e capacitação para que elas pudessem participar”, afirma o secretário. Do valor total de cerca de R\$ 5,4 milhões (10% menor



que o preço inicial) dessas compras, as micro e pequenas empresas de Londrina ficaram com aproximadamente R\$ 2,5 milhões.

“Para nós é muito positivo o fato de que as empresas locais tenham vencido 45% do valor total. Ganham as que tiveram competência e preço para ganhar o certame”, destaca Cavazotti. Os itens adquiridos serão entregues este ano para mais de 43 mil alunos da rede municipal de ensino. Para possibilitar a participação maior dos que antes estavam à margem do processo, os órgãos licitantes da prefeitura são orientados a dividir a compra em lotes para concorrência ampla e para micro e pequenos empresários, além de lotes regionalizados quando a medida estimula maior concorrência entre empresas locais.

PROJETO ANTIGO

O Compra Londrina começou a ser desenvolvido em 2010, mas as ações aceleraram a partir do ano passado, quando o decreto deu diretrizes mais objetivas ao programa. A urgência pela ativação veio a partir da constatação de que o município investe anualmente cerca de R\$ 450 milhões em compras de bens e serviços. No entanto, apenas R\$ 60 milhões ficam com empresas de Londrina. Dos fornecedores da prefeitura, 86% são de fora da cidade.

O projeto promove, de forma permanente, a inclusão e a capacitação dos empreendedores locais para gerar emprego, renda e fortalecer a economia da cidade, por meio da participação mais ativa nos processos licitatórios. A expectativa é que, a partir do momento em que todas as licitações tiverem a participação dos fornecedores desse segmento, cerca de R\$ 320 milhões fiquem na cidade, refletindo no crescimento local.

O Sebrae, a Federação das Indústrias e a Associação Comercial atuam na capacitação dos empresários para participarem dos processos licitatórios. Ao Instituto de Desenvolvimento de Londrina cabe a tarefa de orientar os servidores públicos sobre a forma de promover maior participação de micro e pequenos, respeitando-se a legislação.



Projeto promove inclusão e capacitação de empreendedores locais para gerar emprego e renda e fortalecer a economia da cidade.



OBSERVATÓRIO

Para a assessora jurídica do Observatório de Gestão Pública de Londrina, Simone Damazio Pereira, o sucesso do empreendimento foi muito comemorado. “Foi grande conquista tanto na questão de adesão quanto na competitividade que os micro e pequenos empresários estabeleceram no processo”, diz. Segundo ela, desde o início, houve uma grande preocupação em fazer com que todos caminhassem juntos.

“Primeiramente, foi importante o poder público abraçar a ideia e dar apoio. Com o comprometimento das secretarias, fomos

buscar os fornecedores para saber porque não participavam. A partir das dificuldades deles, foram realizados cursos de capacitação e adaptados os editais para compras em lotes, possibilitando maior participação e disputa”, explica Simone.

Em sua qualidade de entidade social, o Observatório atua, também, como moderador das atividades do poder público. “Torcemos pelo programa e pelo crescimento da cidade e da região, mas tudo precisa ser da forma mais correta”, acentua. ■



DADOS NO SITE

Para que as informações cheguem rápido ao máximo de pessoas, o programa criou o site www.compralondrina.com.br. A página tem dados sobre o projeto e traz detalhes do cronograma de atividades e informações a respeito dos editais de licitações abertos. Também há espaço para os órgãos públicos que desejam divulgar demandas de compra e para as empresas privadas que queiram expandir seus negócios em diversos segmentos.



COM A PALAVRA

LUIZ MÁRCIO *Spinosa*



© Ricardo Almeida/ANPr

Especialista em Ecossistemas de Inovação Urbanos. Foi diretor da Agência de Inovação, do Tecnoparque, de Planejamento e do Instituto de Tecnologia e Engenharia da PUCPR. Coordenador do grupo de pesquisa Sistemas Nacionais de Inovação Triple Helix Association e coordenador do MBA Internacional em Gestão da Inovação. Membro de Conselhos de Inovação Municipal e Estadual. Pós-doutor e pesquisador visitante da UC Berkeley. Professor titular e pesquisador da PUCPR. Doutor e mestre em Produção e Informática pela Université d'Aix-Marseille III. Mestre em Engenharia Mecânica e graduado em Ciências da Computação pela UFSC. Especialista em Gestão da Inovação pela Universidade do Texas e pela Universidade Simon Fraiser no Canadá.

O professor em frente a uma das obras do artista curitibano Poty Lazzarotto, na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, representando a evolução da comunicação.

O que entende por inovação?

Nos últimos tempos, muita gente associou a inovação simplesmente com algo novo. Não é isso. Inovação tem que ter utilidade, tem que estar associada a um retorno. Como boa parte das atividades gira em torno do sistema econômico, a inovação também tem sido muito associada com coisas novas que geram apenas lucratividade. Não deve ser só isso. A inovação tem que primar também pelo desenvolvimento social, pelo desenvolvimento ambiental e pelo desenvolvimento institucional, no sentido de fortalecer os atores que a promovem. Esse conceito elevado tem de ir mais além ainda. A inovação tem de promover o desenvolvimento humano.

O humano sempre à frente...

Precisa ser antropocêntrico. O homem, o humano tem de estar no centro das atenções. Tudo que vier de virtualização, de robotização, de digitalização nas cidades tem de vir com o cuidado do desenvolvimento humano, com o cuidado ético. Do contrário a gente vai produzir, talvez, excelentes resultados econômicos, mas péssimos resultados humanos e sociais. Como muito do que existe hoje: um bando de inovações que não serve para nada. Você pega o celular, o smartphone, se usar 10% ou 15% dos recursos é muito. Digamos que 50% deles têm utilidade, o restante não serve para nada. Mas tem gente ganhando dinheiro com isso.



O Paraná está no bom caminho da inovação?

Em um momento da história, o Paraná liderou esse processo nacionalmente em alguns setores. Depois passou por um momento de desvalorização nessa corrida pela inovação, ficou um pouquinho para trás. Mas nos últimos anos temos visto o Paraná tentando recuperar o movimento da inovação. Ele está fazendo a lição de casa. Num exemplo recente, dentre outros, o Estado oficializou o Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos (leia nesta edição). É um sistema que consegue reunir esforços da academia, das empresas e do governo. O que preci-

sa estar por trás é essa visão humana que falamos. No dia a dia do cidadão isso significa geração de emprego e renda. Outro exemplo: há uma área emergente de desenvolvimento que chega ao Brasil, que se chama *smart specialisation* (especialização inteligente). É um entendimento de que as regiões têm recursos limitados para inovar em toda uma cadeia global, ainda mais em um país em desenvolvimento. Então, verifica-se onde há espaço para se diferenciar e atender determinadas porções dessa cadeia global. Isso está sendo trabalhado pelo Paraná.

Há exemplos de cidades ou regiões inovadoras?

O Paraná é rico em inovação em várias cidades e não só em Curitiba que, pela concentração de massa crítica e de recursos, tem talvez em mais abundância. No entanto, têm outras regiões com abundância menor, mas parece ter uma gestão mais organizada. O Oeste do Estado está despontando. Lá tem situação típica que é a existência da Itaipu. A hidrelétrica tem como missão o desenvolvimento territorial de 54 municípios que estão lá. A liderança inicial da Itaipu criou

um parque tecnológico mais desenvolvido. Londrina tem sido cada vez mais reconhecida para organizar ecossistema de inovação em Tecnologia da Informação e Comunicação. Maringá também tem feito sua lição de casa e destaca o papel do Conselho de Desenvolvimento local, que tem atuado positivamente em prol da inovação. Esse fenômeno também já aconteceu em Pato Branco, que foi referência nacional como ecossistema na área de TI.

Como desenvolver o conceito de cidades inteligentes?

Assusta-me um pouco a forma como tem sido percebido o que é cidade inteligente tanto por governos quanto pelos provedores de soluções. Tem se declarado muito que cidade inteligente é aquela rica em uso de tecnologia, bem informatizada. Mas a tecnologia é só meio. Há um grupo do qual participo que tem como definição que cidade humana inteligente e sustentável é uma

comunidade que promove sistematicamente o bem-estar completo de todos os seus residentes e, proativamente e sustentavelmente, é capaz de se transformar em um lugar cada vez melhor para as pessoas morarem, trabalharem, estudarem e se divertirem. Ou seja, promove de forma sustentável, coerente, respeitosa e ética o desenvolvimento humano.

Como o servidor público deve agir para dar resposta positiva a essa necessidade de inovação cada vez mais humana?

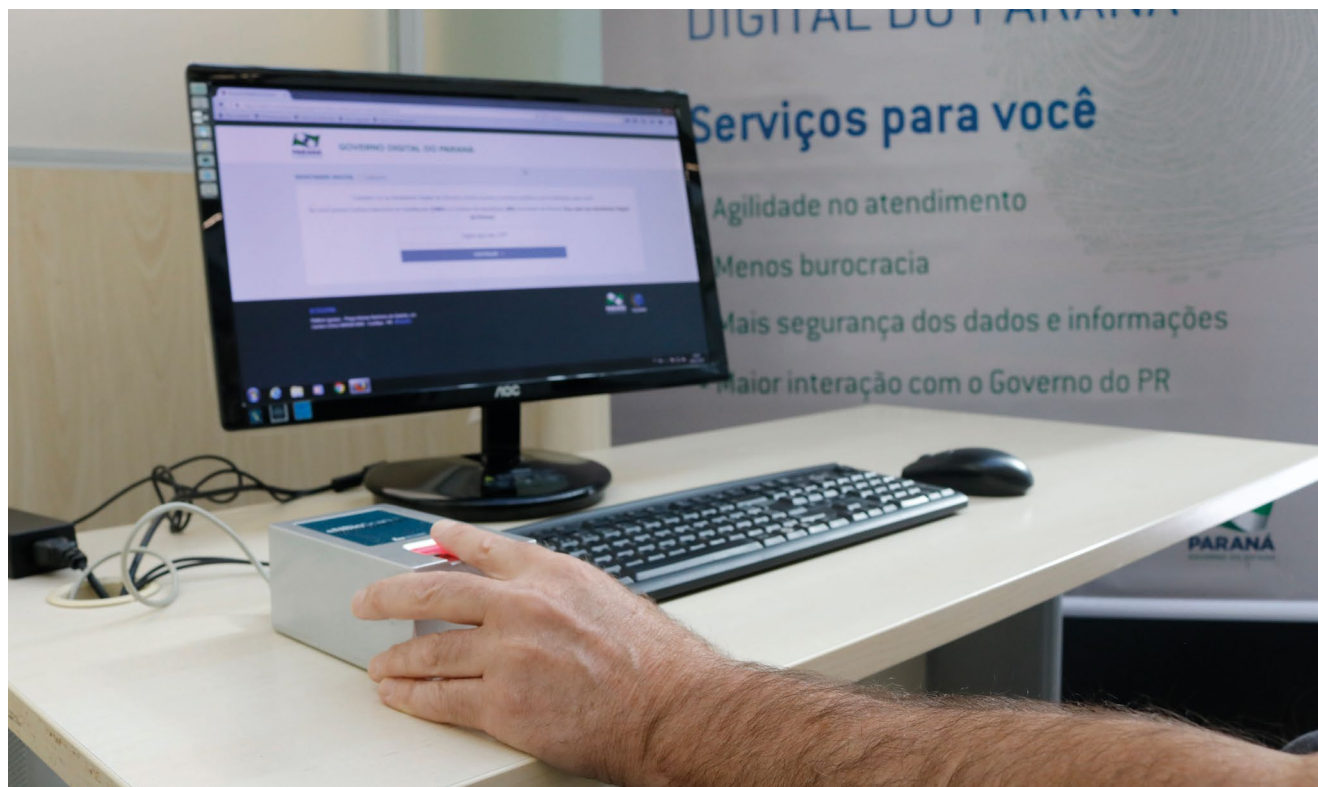
O poder público é o agente materializador do interesse público e tem o dever de defendê-lo. Nesse contexto, o papel do servidor é fundamental. Ele tem de entender que as questões de inovação, de cidades inteligentes, são sistêmicas, e não se consegue resolver se forem tratadas de forma específica. A maioria das iniciativas no mundo para desenvolvimento de ecossistemas de inovação é liderada pelo setor público. Portanto, o servidor tem de estar preparado para exercer essa liderança. A

gente percebe cada vez mais uma descrença no setor público. Em razão disso, estão surgindo organizações civis que ocupam o papel de liderança no processo. Isso não é ruim, é bom. A população se apossando de algo que acha importante. Mas o servidor público precisa ficar atento para não ficar fora do processo. A capacitação é fundamental para navegar nesse ambiente e saber quais as práticas de gestão que pode utilizar. Um servidor despreparado vai engolir um sapo, um sapo tecnológico.





É sempre bom ficar atualizado



© Walter Martins/Celep

Programa desenvolvido no Estado garante atualização dos dados cadastrais também no eSocial

Casos como o da inclusão de dependente para usufruir dos benefícios do Sistema de Assistência à Saúde (SAS), por exemplo, são feitos rapidamente pelo servidor público. E assim deve ser. No entanto, quando se trata de exclusão, nem sempre acontece com a mesma rapidez. A manutenção de um dependente que já não reúne mais essa condição acarreta

custo desnecessário para o Estado, que tem o número de pessoas registradas como parâmetro de pagamento aos hospitais contratados.

Para evitar que situações semelhantes a essa continuem acontecendo e ter dados mais confiáveis a respeito de cada um dos servidores, o Governo do Estado deu início, em setembro de 2017, ao Programa de Atualização Cadastral. Ele abrange todos os servidores e empregados públicos, civis e militares da ativa, da administração direta, autarquias e as de regime especial.

O trabalho tornou-se urgente com a determinação do Governo Federal para que o eSocial ([ver box](#)), que tem como objetivo uni-

ficar o envio de informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, entrasse em vigor a partir de 2018.

Como trabalhar num processo de recadastramento de mais de 150 mil pessoas? Foi a primeira pergunta na Divisão de Cadastro de Recursos Humanos, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (Seap). As discussões culminaram na necessidade de criação de um portal, que ganhou o nome de ATUALIZA. Para isso, contou-se com a parceria da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), sob diretrizes da Secretaria de Estado da Comunicação e do Comitê de Qualidade da Gestão Pública, além da Seap.

É SEMPRE BOM FICAR ATUALIZADO.



ESOCIAL

O Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, mais conhecido pela sigla eSocial, foi criado pelo Governo Federal, por meio do Decreto 8373/2014. O objetivo é unificar o envio de dados cadastrais trabalhistas, previdenciários e fiscais de todos os trabalhadores, tanto do serviço público quanto da iniciativa privada. Hoje, para cada trabalhador são enviadas 15 informações. A entrada em vigor do eSocial é feita de forma gradativa. Os empregadores domésticos estão inseridos na base nacional desde 2017. No início de janeiro deste ano, cerca de 14 mil empregadores, com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões, já tiveram os dados cadastrais inseridos na nova plataforma. A previsão é que os funcionários públicos comecem a ser incluídos em janeiro de 2019.

LOGÍSTICA

Para evitar que os servidores tivessem um primeiro trabalho para atualizar os dados internamente e, posteriormente, precisarem confrontá-los com a base do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), a plataforma foi integrada ao eSocial. Dessa forma, tão logo entrasse no sistema estadual, o servidor receberia mensagem sobre pendência nos órgãos federais. A decisão mostrou-se correta.

“A maioria dos questionamentos apresentados pelos servidores, quando da atualização cadastral, não tinha relação com os dados e informações cadastrais no Estado, mas com as inconsistências nos órgãos federais, particularmente a Caixa Econômica, que gerencia o PIS, e o Banco do Brasil, que administra o Pasep”, disse a gerente da Divisão de Cadastro de RH, Lúcia Mara Ijaille.

Para não provocar congestionamento no sistema e ter uma comunicação mais direta, os servidores foram divididos em três grupos, com datas diferenciadas para o preenchimento. O primeiro foi formado pelos policiais militares e funcionários do Detran; o segundo, pelos demais servidores, com exceção dos professores e funcionários da Rede Estadual de Ensino, que ficaram no terceiro grupo, ainda em processo de recadastramento.

Ao mesmo tempo, os chefes e auxiliares das Unidades de Recursos Humanos participaram de encontros e receberam orientações sobre os passos do processo de atualização cadastral para que estivessem aptos a responder questio-

namentos e auxiliar servidores no preenchimento correto dos formulários. “O processo está tendo êxito por contarmos com a colaboração de todos, particularmente dos servidores que responderam de forma positiva”, disse Lúcia Ijaille. ■

IDENTIDADE DIGITAL

Integrado ao Programa de Atualização Cadastral, o governo oferece a possibilidade de os servidores realizarem a confirmação de biometria para o projeto Identidade Digital. Por meio dele, serão oferecidos serviços públicos com maior segurança, personalizados e com facilidade de acesso pelos múltiplos tipos de dispositivos, como celular, iPad e e-mail. No Governo do Paraná, a Identidade Digital caracteriza-se como uma identificação eletrônica criada a partir da confrontação com a biometria registrada em documento de identificação oficial do Estado (CNH ou RG).





© Divulgação/Tecpar

Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos

O objetivo é se consolidar entre os três estados mais intensivos em inovação do Brasil

A meta já está estabelecida. O Estado do Paraná quer saltar do quinto para o terceiro lugar entre os estados mais intensivos em inovação do Brasil no prazo de 20 anos. Para isso, foi aprovada a criação do Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos pelo Conselho Estadual de Parques Tecnológicos (Cepartec) e apresentada a proposta do planejamento estratégico até 2037.

O sistema vai ordenar e integrar ações de pesquisa e inovação tecnológica, buscando a participação de universidades e institutos de pesquisas, alunos, pesquisadores e

setor privado. “No Estado, existem inúmeras iniciativas implantadas, mas faltava uma coordenação que pudesse identificar quais as inovações necessárias para serem desenvolvidas aqui, quais as fontes de financiamento para que esta inovação se desenvolva e quais as equipes capacitadas para poder desenvolver esses projetos”, explicou o secretário de Estado da Fazenda (Sefa), Mauro Ricardo.

Hoje, no Paraná, existem 15 iniciativas efetivas de parques tecnológicos nas áreas de agroindústria, biotecnologia, nanotecnologia e tecno-

logias da informação. Destas, oito já se encontram em fase de operação: os parques de Cascavel, Londrina, Pato Branco, Foz do Iguaçu, Parque Tecnológico Virtual-PTV, Tecnoparque da PUC/Pr, Parque de Software de Curitiba e Parque Tecnológico do Tecpar.

AÇÕES DIRECIONADAS

Segundo o secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), João Carlos Gomes, o Conselho Estadual de Parques Tecnológicos tem uma importante atuação para que o Paraná se consolide como um estado inovador. “A partir deste planejamento teremos ações mais direcionadas para o fortalecimento dos nossos parques tecnológicos, por meio da integração entre as universidades e instituições parceiras”, disse ele.

Para o coordenador do grupo técnico do Cepartec,

Francisco Assis Inocêncio, com o planejamento estratégico, o Paraná estará entre os três melhores estados do Brasil. “Vamos criar mecanismos nos parques tecnológicos que facilitem a integração entre as instituições de pesquisa científica e tecnológica e as empresas. Nosso desafio é garantir a interação para que os parques se tornem complementares”, afirmou.

CEPARTEC

O Conselho Estadual de Parques Tecnológicos foi instituído pelo Decreto 5.145/2016, com objetivo de elaborar a política pública para instalação de parques tecnológicos no Paraná, apontar segmentos prioritários, aprovar e acompanhar a implantação desses parques. Ele é presidido pelo governador e tem na coordenação as secretarias de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Fazenda. ■

... BENEFÍCIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO AGRONEGÓCIO

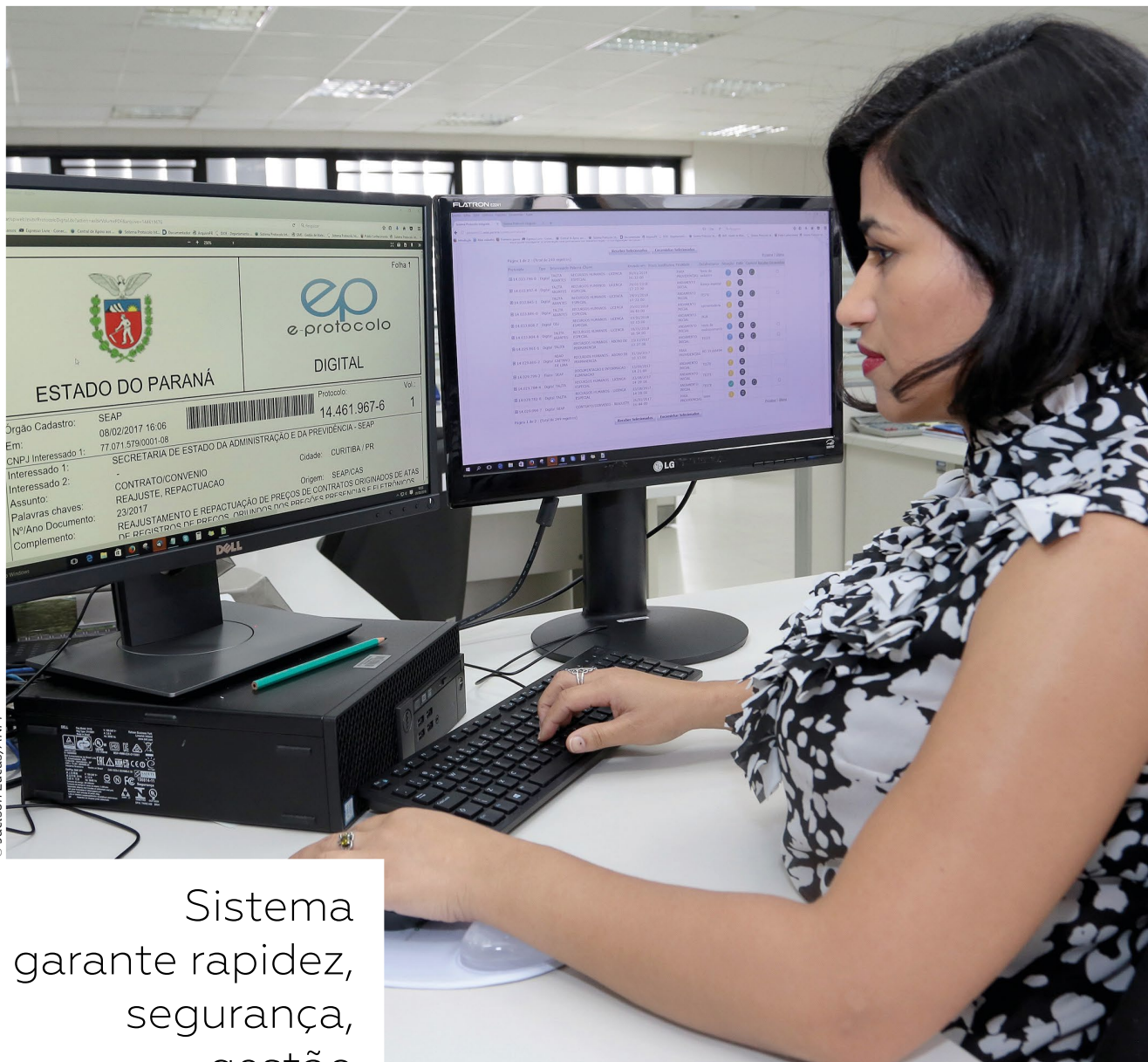
O Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos vai alavancar ainda mais a liderança do Paraná no agronegócio, segundo Ronei Volpi, diretor-executivo do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária Paranaense (Fundeppec) e assessor da presidência da Federação da Agricultura do Paraná (Faep). “O setor de agronegócio é o motor do Paraná e de todo o País e, ao contrário do que muita gente pensa, é o segmento que mais absorve tecnologia e inovação”, disse. “Por isso, esse sistema vem complementar as políticas públicas para a área já desenvolvidas aqui no Estado”, complementou. Atualmente, a Faep desenvolve, em parceria com o Governo do Paraná, 38 projetos na linha de conservação de solos e água. Cerca de R\$ 12 milhões já foram investidos nas ações. Do total, 50% são provenientes de recursos do Estado e o restante da própria instituição.

MICRO • Além da promoção da agricultura, o Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos também vai colaborar com o segmento de micro e pequenas empresas, que depende da tecnologia para crescer. Para o diretor-presidente do Sebrae-PR, Vitor Roberto Tioqueta, a inovação é um fator determinante para o futuro do setor. “As empresas estão precisando de melhorias na inovação e na tecnologia para poder competir no mercado, principalmente agora com esse modelo de negócios das startups”, afirmou.





Na era do protocolo digital



© Jaelson Lucas/ANP

Sistema garante rapidez, segurança, gestão documental integrada e redução de custos e de burocracia

O cadastramento de processos eletrônicos já deixou de ser apenas um desejo do Governo do Paraná. A era digital começou a ser vivenciada durante o ano passado, com atuação no controle de tramitação dos processos. Isso tem garantido rapidez, segurança na informação, gestão integrada de documentos e redução de custos e de burocracia.

A partir dessa inovação, não se verá mais o imenso volume de papéis percorrendo secretarias, departamentos ou repartições, às vezes até transitando por municípios distantes entre si. Os documentos poderão ser criados na plataforma, e analisados, complementados e assinados digitalmente. A distância é de apenas um clique no teclado do computador.

“A comunicação entre os envolvidos torna-se mais eficiente”, salienta a servidora Talita Selis Arantes, responsável pela gestão do sistema na Coordenadoria de Administração de Sistemas (CAS), da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Não foi estabelecido um prazo para que todos os órgãos do Estado estejam integrados à nova sistemática, mas a adesão tem sido crescente, com gestores de acesso nomeados em todos os órgãos do Estado.

A tendência é que alguns documentos passem a tramitar prioritariamente de forma digital, em breve tempo, como os pedidos de aposentadoria, abono de permanência e licença especial, cujos formulários foram incluídos no sistema eletrônico no início deste ano.

GOVERNO DIGITAL

O Sistema Integrado de Documentos e-Protocolo, conhecido como e-Protocolo Digital, é um

aplicativo web, desenvolvido pela Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar). Ele se insere no projeto do Governo Digital, implementado pelo Estado, por meio do Comitê de Qualidade na Gestão Pública, para reforçar o exercício da cidadania, garantir transparência e acessibilidade de informações, e facilitar os procedimentos no fluxo de documentos.

É um grande avanço em relação ao Sistema Integrado de Documentos, que até 2016 funcionava apenas como um rastreador dos processos físicos. Com os avanços tecnológicos, passou a ser chamado de e-Protocolo Digital, a partir da Resolução 5389/16. Hoje, está presente em todos os órgãos do Estado, possibilitando controle de documentos.

A nova funcionalidade que vem sendo adotada pelo Estado representa também uma mudança de cultura e de métodos, exigindo-se

a capacitação dos servidores, que ficou a cargo da Escola de Gestão do Paraná.

Aproximadamente seis mil servidores já se inscreveram para o curso a distância e-Protocolo Digital, com orientações sobre seu uso para gerenciadores de acesso, multiplicadores e usuários. Ele foi programado para que as aulas fiquem disponíveis na internet, possibilitando que o conteúdo seja atualizado quando necessário e que o interessado faça consultas, questione e interaja permanentemente no fórum de dúvidas e no guia colaborativo.



Processos como o pedido de licença especial, que antes, na melhor das hipóteses, levava uma semana para tramitar, agora fica pronto em, no máximo, um dia e meio.



SOBRE O PROJETO

“É fantástico, já deveria ter esse sistema há mais tempo”, elogia Ruan Faglion, servidor da Unidade de Recursos Humanos do DER. Segundo ele, alguns processos, como o pedido de licença especial, que antes, na melhor das hipóteses, levava uma semana para tramitar, agora fica pronto em, no máximo, um dia e meio. “Às vezes o servidor estava quase saindo para a licença e o processo não estava pronto”, diz.

Além disso, ele destaca os benefícios que traz para o meio ambiente, em razão da economia com papel. “Vem para agregar muito”, reforça. A agilidade de pesquisa também é destacada, pois o histórico está a um clique. Antes precisava solicitar ao arquivo. Mas, segundo ele, ainda há caminhos a percorrer, como a integração com o RH-Paraná - Meta4, para evitar retrabalhos e informações divergentes. Uma solução que já está em andamento.



TRANSIÇÃO GRADATIVA

Da maneira como foi projetado pela Celepar, o sistema apresenta várias possibilidades de atuação dos gestores dentro do processo. O acesso é bastante facilitado para, por exemplo, inclusão de documento, cancelamento, consulta, encaminhamento, emissão de guia ou histórico da tramitação.

A transição do processo físico para o digital tem sido feita de forma gradativa. Durante esse período, os dois tipos de processo – físico e digital – coexistirão. Em razão disso, a plataforma do e-Protocolo Digital é bastante inovadora ao fornecer uma maneira eficaz de o gestor ter também controle da movimentação dos documentos físicos.

As mesmas possibilidades de arquivamento de documentos físicos, que obedecem diretrizes estabelecidas pelo Manual de Gestão de Documentos do Paraná, estão presentes no sistema digital. Respeita igualmente a legislação que trata da temporalidade documental.

A distribuição do processo é facilitada no digital. Com apenas um clique, tem-se a listagem dos processos que eventualmente estejam parados, podendo ser distribuídos também de forma rápida

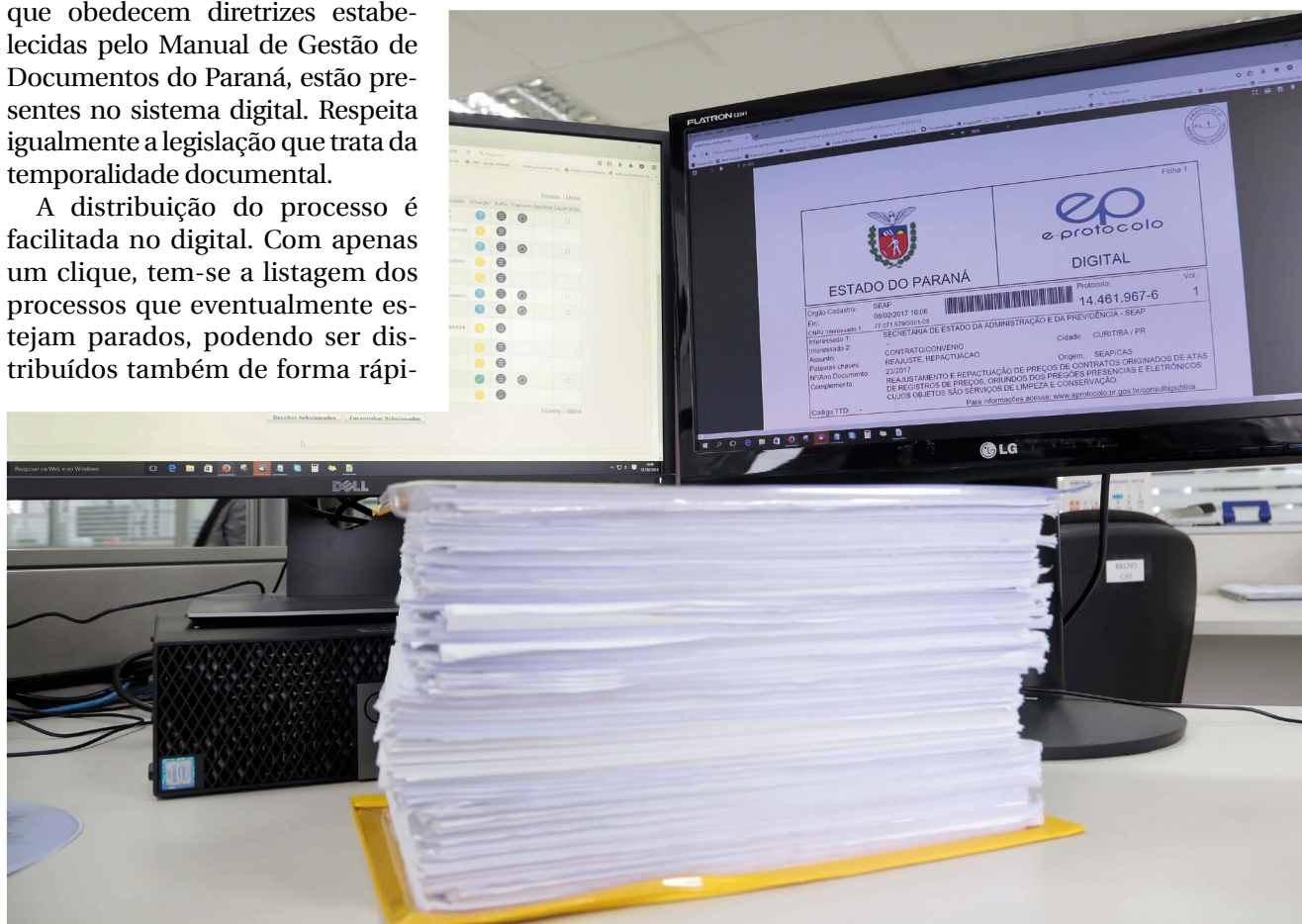
da aos analistas. Alegações sobre desconhecimento de pendências passarão a ser inócuas, pois o sistema, além de alertar, aponta o que está faltando.

Alguns formulários estarão formatados previamente no sistema, cabendo apenas a tarefa de preen-

chimento digital de espaços. Analisado, revisado e aprovado por todos os analistas, sem a necessidade de papéis circulando nas repartições públicas, é hora de assinar eletronicamente o documento, com uso de login e senha, ou pelo certificado digital. ■

O INÍCIO

O primeiro processo totalmente digital na Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS), da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, tramitou em fevereiro de 2017. Caso fosse realizado pelo procedimento físico, ele teria cerca de 1800 páginas, volume semelhante ao que está na fotografia. Com a alternativa digital ocupa 22,3 megabytes, sem necessidade de circulação física entre as secretarias e departamentos.



© Jaelson Lucas/ANPR



Servidor, faça parte das próximas edições da revista **Inovação em Gestão Pública no Paraná!**

Compartilhe suas experiências e conhecimentos, por meio do registro de boas práticas de gestão e produções acadêmicas!

Mas você sabe o que é uma boa prática de gestão pública?

Uma **boa prática** é uma iniciativa que provocou mudança, trouxe a solução para um problema, e foi implementada por meio de métodos ou estratégias criativas e inovadoras.

Já uma **produção acadêmica** é um trabalho resultante da conclusão de um curso de pós-graduação, como: monografias, artigos, dissertações e teses, na área de Gestão Pública.

A ideia é que os resultados de sua pesquisa sejam aplicados por outros servidores e a sua boa prática, replicada em outros órgãos públicos.

**Participe e mostre a sua contribuição
para um PARANÁ cada vez melhor!**

Para registrar sua boa prática ou produção acadêmica, acesse o portal www.escoladegestao.pr.gov.br ou **QRcode abaixo**.

